



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Ofício nº 100/2015/SAS-ANA  
Documento nº: 00000.044245/2015-33

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS  
EDIFÍCIO MARIE PRENDI CRUZ  
SEPN 505, BLOCO "B"  
1º ANDAR, SALA. 108  
CEP 70 730.542 Brasília/DF

MMA/Departamento: CNRH	
Nº 021053/2015-00	
Data 03-08-15	Rubrica 

Brasília, 30 de julho de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor  
**MARCELO JORGE MEDEIROS**  
Secretário Executivo  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
SEPN 505 - Bloco B - Lote 02 - Edifício Marie Prendi Cruz - 1º Andar - Sala 108  
70.730-54 – Brasília – DF

Assunto: **Condições para a renovação das delegações de funções de Agência de Água às entidades AGEVAP, AGB Peixe Vivo e IBIO – AGB Doce**  
Referência: Nota Informativa nº 12/2015CSCOB/SAS, doc. 00000.043965/2015-81

Senhor<sup>1</sup> Secretário Executivo,

1. Encaminhamos a Vossa Senhoria a Nota Informativa nº 12/2015/CSCOB/SAS, de 29 de julho de 2015, que tem por objeto as condições para a renovação das delegações de funções de Agência de Água às entidades Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul-AGEVAP, Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo -AGB Peixe Vivo e o Instituto BioAtlântica - IBIO - AGB Doce.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
**HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES**  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

<sup>1</sup> Os documentos destinados a ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

Nota Informativa nº 12/2015/CSCOB/SAS  
Documento nº 00000.043965/2015-81

Em 29 de julho de 2015.

Ao Senhor Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
Assunto: **Condições para a renovação das delegações de funções de Agência de Água às entidades AGEVAP, AGB Peixe Vivo e IBIO - AGB Doce**

1. Esta Nota visa informar aos integrantes da Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH acerca das condições para a renovação das delegações de funções de Agência de Água às entidades Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, AGB Peixe Vivo e IBIO – AGB Doce, das bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, São Francisco e Doce, respectivamente, por ocasião da 135ª Reunião da referida câmara.

2. Até o momento, o CNRH delegou funções de Agência de Água, previstas no art. 33 da Lei nº 9433, de 1997, a seis entidades para exercê-las em cinco unidades de gestão interestaduais de recursos hídricos, de acordo com o quadro a seguir.

Bacia Hidrográfica	Entidade	Resolução CNRH de delegação	Vigência da Delegação	Vigência dos atuais Contr. de Gestão
Paraíba do Sul	AGEVAP	59/2006	30/06/2016	30/06/2016
Piracicaba/Capivari/Jundiá	Consórcio PCJ	77/2007	21/07/2010	-
	Fundação PCJ	111/2010	31/12/2020	31/12/2020
São Francisco	AGB Peixe Vivo	114/2010	31/12/2015	31/12/2015
Doce	IBIO	130/2011	31/12/2015	31/12/2015
Paranaíba	ABHA	149/2013	31/12/2015	31/12/2015

3. As delegações de interesse para o presente documento vencem, portanto, em 31 de dezembro de 2015 e 30 de junho de 2016.

4. Em 21 de maio de 2015, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, por meio de sua Deliberação nº 84, renovou a indicação, ao CNRH, da AGB Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Água por mais 6 anos.

5. No caso do Comitê da bacia hidrográfica do rio Doce – CBH-Doce, este aprovou a prorrogação da indicação do IBio para desempenhar funções de Agência de Água como entidade delegatária até 31 de dezembro de 2020, por meio da Deliberação nº 46, de 25 de junho de 2015.

6. Quanto à AGEVAP, por meio da Deliberação nº 227, de 24 de março de 2015, o CEIVAP propôs a prorrogação da delegação até 30 de junho de 2026.

7. Assim, para que o CNRH aprove a renovação da delegação de funções de Agência de Água a estas entidades, ditas delegatárias, o principal requisito está cumprido, qual seja, os comitês de bacias hidrográficas deliberaram em favor da renovação.

8. Outra condição importante a ser relatada é a manutenção das condições iniciais quando da assinatura dos contratos de gestão em vigor. Essa condição está atendida, uma vez que está mantida a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União nestas bacias hidrográficas, e que a totalidade desta arrecadação está assegurada às respectivas entidades delegatárias.

9. O quadro a seguir demonstra a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos



hídricos pela ANA deste o início até o ano de 2014 (em R\$ milhões).

Bacia Hidrográfica	Início	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Paraíba do Sul (CEIVAP)	mar/03	5,90	5,96	6,27	6,73	6,18	8,08	9,89	12,41	25,57	10,31	10,90	11,59	119,79
Piracicaba, Capivari, Jundiá (Comitês PCJ)	jan/06				10,02	13,53	17,04	16,95	17,56	16,51	17,84	17,54	17,13	144,11
São Francisco (CBHSF)	jul/10								8,63	19,58	21,50	21,76	23,07	94,54
Doce (CBH-Doce)	nov/11										3,44	6,51	9,75	19,69
<b>TOTAL</b>		<b>5,90</b>	<b>5,96</b>	<b>6,27</b>	<b>16,75</b>	<b>19,71</b>	<b>25,12</b>	<b>26,84</b>	<b>38,60</b>	<b>61,66</b>	<b>53,09</b>	<b>56,70</b>	<b>61,54</b>	<b>378,14</b>

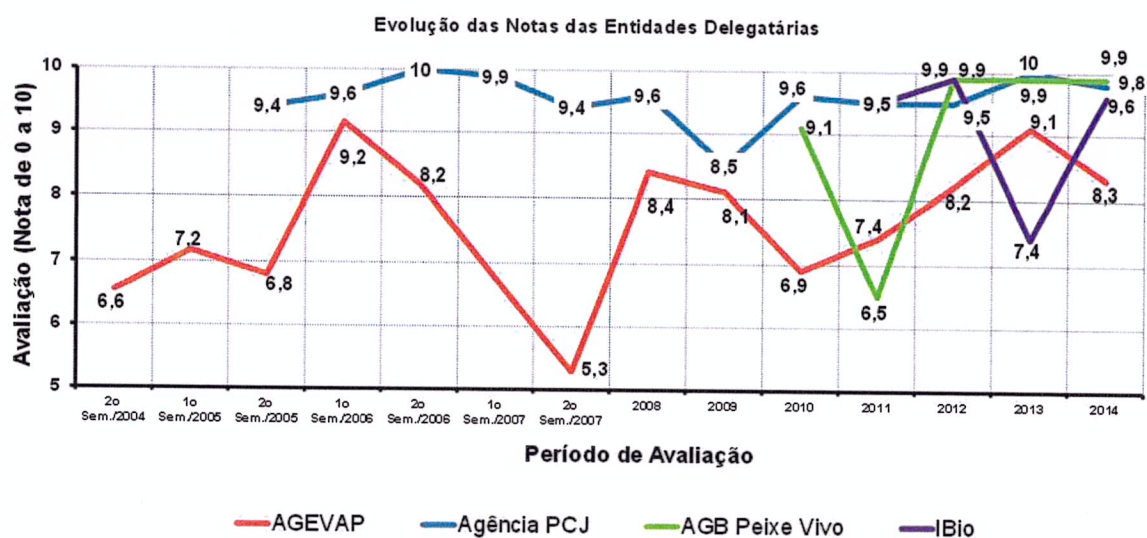
10. Neste contexto, cabe reiterar a importância da Lei nº 10.881, de 2004, ao conferir a necessária consistência ao fluxo financeiro da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos. Tratando-se, a partir desta lei, de transferências obrigatórias, tornou-se assegurada a transferência de todos os recursos arrecadados pela ANA às entidades delegatárias, incluindo seus rendimentos financeiros, vinculando-se à aplicação na bacia hidrográfica em que foram gerados.

11. Além disso, as entidades delegatárias têm demonstrado o cumprimento de suas obrigações, em conformidade com os respectivos contratos de gestão assinados com a ANA com interveniência dos comitês de bacia hidrográfica.

12. Esta demonstração é efetivada por meio da avaliação anual da execução dos referidos contratos, para qual foi constituída, conforme previsto na Lei nº 10.881, de 2004, a Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão (CAV), composta por servidores da ANA, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sob a coordenação da ANA.

13. A CAV analisa a execução dos contratos de gestão com base nas metas e indicadores estabelecidos nos programas de trabalho e elabora relatórios de avaliação que ao final do processo são apreciados pela Diretoria Colegiada da ANA juntamente com os necessários relatórios de prestação de contas. Os relatórios de avaliação são elaborados a partir dos relatórios anuais de gestão apresentados por cada entidade delegatária. A depender das notas emitidas para cada execução anual de contrato, poderá ser recomendada ao respectivo comitê de bacia hidrográfica a indicação de nova entidade, ou mesmo a ANA poderá rescindir unilateralmente o contrato de gestão.

14. Por meio da figura a seguir é apresentada evolução das notas atribuídas às entidades delegatárias de funções de Agência de Água.



15. Diante do exposto, informa-se que se encontram mantidas as condições para a renovação das delegações de funções de Agência de Água às entidades AGEVAP, AGB –Peixe Vivo e IBIO – AGB Doce.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
Giordano Bruno Bomtempo de Carvalho  
Coordenador de Sustentabilidade Financeira e Cobrança

(assinado eletronicamente)  
Mariana Rodrigues Lório  
Coordenadora Substituta de Instâncias Colegiadas do SINGREH

De acordo.

(assinado eletronicamente)  
Humberto Cardoso Gonçalves  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos